

ESTUDOS IN(TER)DISCIPLINADOS

Gênero, Feminismo, Sexualidade



ORGANIZAÇÃO

Miriam Pillar Grossi
Mara Coelho de Souza Lago
Adriano Henrique Nuernberg


EDITORA MULHERES

Coordenação editorial
Zahidé Lupinacci Muzart

Conselho editorial
Constância Lima Duarte (UFMG)
Eliane Vasconcellos (FCRB)
Joana Maria Pedro (UFSC)
Ivia Alves (UFBA)
Tânia Regina Oliveira Ramos (UFSC)
Rosana Cássia Kamita (UFSC)
Simone P. Schmidt (UIFSC)

Revisão
Fernanda Cardozo

Capa
Gracco Bonetti
Escultura: Dialogue à Trois, de SYLVIE BOIS VERGNAUD
Fotógrafa: ANDREA EICHENBERGER

Diagramação
Rita Motta - Ed Tribo da Ilha

ISBN 978-85-86501-94-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

Leny Helena Brunel CRB 14/540

E82 Estudos in(ter)disciplinados : gênero, feminismo, sexualidade/
organizadores Miriam Pillar Grossi, Mara Coelho de Souza Lago e
Adriano Henrique Nuernberg. – Florianópolis : Ed. Mulheres, 2010.

p. 432

ISBN 978-85-86501-94-4

1. Feminismo. 2. Gênero. 3. Sexualidade. 4. Amor e
conjugalidade. I. Grossi, Miriam Pillar. II. Lago, Mara Coelho de Souza.
III. Nuernberg, Adriano Henrique.

CDU 396

Editora Mulheres
Rua Joe Collaço, 430
88035-200 Florianópolis, SC
Fone/Fax: (048) 3233-2164
e-mail: editoramulheres@floripa.com.br
www.editoramulheres.com.br

A TEORIA FEMINISTA E AS PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUIÇÕES E DEBATES

Miriam Adelman¹
Miriam Pillar Grossi
Júlia Guivant

Introdução

Num ensaio de 1992 publicado em tradução brasileira sob o título *A identidade cultural na pós-modernidade*, o jamaicano Stuart Hall, eminente representante dos Estudos Culturais, identifica três concepções do “sujeito” que correspondem, de certa forma, a diferentes momentos filosóficos e históricos do pensamento social ocidental. A primeira refere-se ao “sujeito universal da razão”, produto do pensamento iluminista e da *secularização* do mundo que ele promoveu. Este conceito de fato inaugura a própria ideia de “sujeito”, com a qual nascem noções de crítica, dúvida e ação humana reflexiva. Ao mesmo tempo, ela está claramente vinculada a um novo modelo de *indivíduo* burguês que vai ajudar a promover: autocentrado, empreendedor e posicionado sempre *em oposição* aos outros². E isso, entre outras coisas, como um pouco mais adiante voltarei a discutir, traz consigo o grande problema de elevar certas *personagens masculinas da modernidade* a uma posição de valor geral “genérico”.

1 Universidade Federal do Paraná (UFPR).

2 O surgimento desta forma cartesiana de pensar está muito bem discutido no livro da filósofa Susan Bordo *Flight to Objectivity*. Nele, discute como a razão cartesiana inaugura uma nova etapa no pensamento, que incorpora uma profunda ansiedade relativa a tudo aquilo que não se curve tão imediatamente ao controle ou à manipulação prática do ser humano mediante descobertas e técnicas. Isto, de acordo com ela, leva imbricado um profundo conteúdo de gênero, na medida em que corresponde a um movimento que tenta afastar as mulheres das novas esferas da vida pública, social e acadêmica e as constrói como o Outro do sujeito da razão, *absolutizadas* na natureza como “corpo”, “emoção” e “sexo”.

A segunda concepção remete diretamente ao surgimento de um novo modo *sociológico* de pensar o mundo, no qual o “sujeito” se reveste de maiores traços históricos e sociais concretos – o que conseqüentemente o torna *menos universal* e abstrato. Para Marx, por exemplo, o indivíduo burguês é uma construção ideológica, uma categoria histórica naturalizada no pensamento. Outro autor que permite um avanço na compreensão sócio-histórica sobre a construção da categoria do indivíduo e as práticas sociais modernas a ela atreladas é Norbert Elias, que demonstra, de outra maneira, como o indivíduo burguês, enquanto *homo clausus*, é produto de uma configuração histórica específica. Mas esses autores continuam pensando suas críticas “no masculino”, o que os deixa muito mais sensíveis para a condição de classe do que para a possibilidade de “experiências generificadas”, como diríamos hoje³.

A terceira concepção representa, em alguns sentidos bem específicos, uma ruptura e avanço em relação às duas primeiras. Refere-se ao sujeito pensado a partir das críticas que os pós-estruturalistas fazem ao “sujeito universal da razão”, assim como ao próprio modelo historicista/marxista. Apresenta o principal mérito de trazer à tona as experiências dos sujeitos que teceram suas vidas desde as margens, desde os espaços subalternos da modernidade, e cujo reconhecimento pleno como sujeitos torna-se possível só no nosso momento atual, “pós-moderno”. Voltaremos a este ponto um pouco mais adiante.

Aprofundando mais os “deslocamentos centrais” que promovem a desconstrução da noção iluminista do sujeito e permitem a complexificação das concepções de sujeito e das relações sociais, Hall, no referido texto, focaliza os principais momentos que seguem à *historização* marxista. Um passo fundamental seria aquele que é dado por Freud, cuja teorização sobre a vida psíquica do ser humano o identifica principalmente como um *sujeito do desejo*. Os enormes esforços psíquico-culturais feitos pelos *homens* para se representarem como o “sujeito (ocidental, moderno) da razão” não os “liberta” de tal natureza

3 O inglês Eric Dunning, discípulo de Elias que não teve reticência em ir além do seu mestre neste ponto, explica bem a noção eliasiana do *homo clausus*: “Civilizing processes also contribute to the rise in Western societies and Western sociology of dualistic thinking. They do so by constraining many people to have an experience of self as what Elias called a socially detached *Homo clausus* rather than one of a number of *Homines aperti*, open people who live in a context of pluralities and interdependencies from the start to the finish of their lives ... According to Elias, the social controls which are internalized as self-controls in the course of a civilizing process tend to be experienced as a barrier, on the one hand, within the self between one’s ‘rationality’ and one’s ‘feelings’, and on the other, between the self and others. That is, a *Homo Clausus* has an experience of self as a detached and isolated ego who possesses a ‘mind’ which is experienced as somehow separate both from his/her ‘body’d and the other humans with whom he/she is inextricably interdependent” (DUNNING, 1999, p. 10-11).

profunda, sendo, por este mesmo motivo, desde a perspectiva freudiana, que sempre, subjacente à “razão”, haverá uma boa dosagem de “racionalização”, denegação ou recalque – e, claro, um inevitável “perigo” do retorno do reprimido⁴. Em outras palavras, os “homens do nosso tempo” são feitos da mesma matéria que os “pré-modernos”, por muito que se empenhem em negar esse fato ou em resistir a ele.

Mas uma “complexificação” seria promovida pelas concepções pós-estruturalistas, como a de Michel Foucault e seu “sujeito do poder disciplinar”. Estas alertam de novo sobre as instabilidades do estável, sobre as ficções que construímos sobre nós mesmos e sobre os “Outros” (os loucos, os anormais, os diversos seres humanos que pertencem aos grupos que sofrem de processos de marginalização ou que são varridos para as periferias do “abjeto”). Finalmente, como quinto grande “descentramento”, Hall nomeia a contribuição efetivada mediante várias décadas de teorizações feministas, chamando a atenção sobre a forma decisiva como um olhar de gênero joga nova luz sobre a questão do sujeito.

Este reconhecimento da radicalidade e da originalidade da contribuição feminista à teoria social contemporânea – e aos Estudos Culturais em particular⁵ – infelizmente continua ainda pouco presente no mundo acadêmico brasileiro atual, sendo pouco comum fora dos “espaços específicos” dos estudos de gênero. Muito pelo contrário, estamos ainda envolvid@s numa longa luta pela legitimidade, divulgação e mudança de currículos básicos de cursos de graduação e de pós-graduação, e por vezes enfrentamos considerável resistência aos nossos esforços neste sentido, assim como muito *desconhecimento* básico dos conteúdos e dos debates desenvolvidos pela teoria feminista contemporânea, que é nascida em diversos contextos acadêmicos a partir da década de 1960.

4 Embora, de certa forma, a concepção psicanalítica clássica defenda a noção de um *core identity* em cada indivíduo, forjada através de suas experiências familiares primárias e fonte provável de crises e neuroses, trata-se de uma primeira grande desestabilização dos valores e premissas que foram construídos em torno do eu – masculino – coerente, estável e dono de si.

5 “A intervenção do feminismo foi específica e decisiva para os estudos culturais (bem como para muitos outros projetos teóricos). Introduziu uma ruptura. Reorganizou o campo de maneiras bastante concretas. Primeiro, a proposição da questão do pessoal como político – e suas conseqüências para a mudança de objeto de estudo nos estudos culturais – foi completamente revolucionário em termos teóricos e práticos. Segundo, a expansão radical da noção de poder, que até então tinha sido fortemente desenvolvido dentro do arcabouço da noção do público, do domínio público, com o resultado de que o termo *poder* – tão central para a problemática anterior da hegemonia – não pôde ser utilizado da mesma maneira. Terceiro, a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão do próprio poder. Quarto, a abertura de muitas questões que julgávamos ter abolido em torno da perigosa área do subjetivo e do sujeito, colocando estas questões no centro dos estudos culturais como prática teórica. Quinto, a reabertura da ‘fronteira fechada’ entre a teoria social e a teoria do inconsciente – a psicanálise” (HALL, 2003, p. 208-209).

Este ensaio representa uma tentativa de resumir e de reatualizar as discussões desenvolvidas na tese de doutorado de Miriam Adelman, uma das autoras deste artigo, intitulada “A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea”, defendida em 2004 no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. Esse trabalho teve como objetivo examinar a perspectiva feminista no seu surgimento histórico – no contexto das mudanças e dos movimentos sociais, políticos e culturais dos anos 60 –, na gênese de novos conteúdos teóricos e na sua luta pela inserção acadêmica e intelectual no campo da teoria social contemporânea, mais especificamente dentro do campo disciplinar da sociologia. Apresentamos aqui um esboço do argumento básico da tese, que tem como objetivo principal demonstrar a grande contribuição da teoria feminista para as tentativas contemporâneas de compreender o mundo, alargando os horizontes das teorias clássicas e enriquecendo as narrativas sociológicas sobre a modernidade⁶.

A sociologia no pós-68: movimentos sociais e mudanças na produção do conhecimento

Como Stuart Hall também nos lembra, os “descentramentos” mais recentes da concepção iluminista do sujeito – como aquele propiciado pelo feminismo – surgem muito vinculados aos movimentos sociais e culturais dos anos 60. Nesse momento de irrupção de “novos sujeitos” no cenário político, social e cultural, produziu-se um novo debate sobre a relevância de antigas perspectivas sobre poder e conflito social, assim como sobre a própria noção do tipo de sociedade que se deseja. O marxismo, por exemplo, foi sujeito a duras críticas por sua construção teórica estreita do ator social, elaborada em relação à esfera da produção mercantil (da relação capital-trabalho), lugar onde os interesses grupais e formas de “consciência” seriam forjados. No campo da sociologia (e, mais particularmente, da sociologia da América do Norte), a perspectiva funcionalista iniciava sua queda da posição hegemônica ocupada durante várias décadas enquanto os interacionistas, que ofereciam uma metodologia mais sensível ao estudo das diferenças e das dinâmicas interativas da cultura, ganhavam mais adeptos. As mulheres, que, fora da academia, estavam conjugando novas vozes nos espaços da crítica cultural e manifestando sua

6 Reconhecemos aqui nossa dívida com a teórica Rita Felski, cujo livro *The Gender of Modernity* (1995) nos serviu de inspiração e ferramenta de trabalho fundamental.

autonomia relativa a outros movimentos sociais da época, também adquiriam uma crescente presença no meio universitário, inicialmente como estudantes – representando uma nova geração, a primeira de acesso maciço às universidades – e, logo na sequência, como professoras e pesquisadoras de instituições de ensino superior, numa ampla gama de áreas das ciências e das humanidades. É a partir desta nova *posição de sujeito* que se debruçam sobre a tarefa de elaborar perguntas e procurar respostas para o que vai passar a ser pensado como a *questão da mulher*⁷ para as *questões de gênero*. Este último conceito, que começa a ser amplamente usado só no final dos anos 70, indica também um novo empenho no sentido de articulação de abordagens sistemáticas sobre um aspecto da vida social que havia sido pouco reconhecido ou apenas relegado às margens do pensamento social.

Agora, estas novas pensadoras exigiriam e começariam a realizar releituras dos clássicos, mostrando o que as visões canônicas perdiam de vista *ao teorizar “a vida social” em grande parte a partir de uma ausência de experiências articuladas no feminino*. Portanto, mostravam que era necessário não só desenvolver conhecimento teórico sobre a dimensão de gênero em si (como é, nos termos das primeiras discussões, que o “sexo” se torna “gênero”, a partir de quais arranjos institucionais e construções culturais?), senão como é que estas relações perpassam e se imbricam em todas as outras dimensões da vida social.

Como podemos perceber, tratava-se de uma tarefa enorme e, de fato, revolucionária: um dos grandes “Outros” da cultura e da história das sociedades ocidentais quebrava as barreiras das “margens” para exigir – e começar a realizar – a reelaboração de teorizações antes dominadas pelos que ocupavam, em relativo conforto, “o Centro”. Importante também ressaltar que desmanchar tão contundente viés que, como nos avisava Simone de Beauvoir, se abrigou historicamente nas profundezas do pensamento ocidental nos remete a formas muito arraigadas de naturalização do poder e dos privilégios, muito resistentes à mudança. Isso, por sua vez, não deve ser pensado através de qualquer tipo de “teoria da conspiração”, mas sim no sentido de como é que poderosos discursos historicamente produzidos sobre o masculino e o feminino, unidos a práticas institucionalizadas de subordinação e de exclusão, agiam com relativa eficácia até um momento particular de nossa história, quando o contingente

7 Embora este não seja um lugar para explicar muito esta afirmação, é importante assinalar que a “questão da mulher”, como costumava ser chamada no marxismo e pelos movimentos revolucionários de finais do século XIX e início do século XX, geralmente se subordinava a outras considerações e era tratada como se destas fosse meramente derivativa.

de pessoas com outros interesses e outra consciência tivesse crescido em número e força suficientes para promover uma mudança radical de paradigma⁸.

Críticas feministas ao cânone

Quais as contribuições específicas das teorizações feministas para a construção de novas formas de pensar o sujeito e a sociedade? Existe, hoje em dia, um corpo substancial de trabalho de autoras feministas que escrevem desde diversas perspectivas e em contextos variados para mostrar como e por que o pensamento feminista pode considerar-se um empreendimento radical que teórica e epistemologicamente representa uma ruptura com formas convencionais ou “canônicas” de se conceber a realidade social. Podemos destacar rupturas em relação a vários elementos ou conceitos fundamentais destas visões, dentre os quais figuram:

- a) a construção, pelas perspectivas canônicas, de um “sujeito” supostamente *genérico* (universal), forjada teoricamente através da priorização das experiências *masculinas* da modernidade (ou seja, um sujeito que é *sub-repticiamente generificado*);
- b) a ação “racional” e consciente, entendida também como ação que se realiza fundamental e caracteristicamente na esfera pública da vida social, tomada (bem como acontece no pensamento weberiano) como a *forma privilegiada* do agir humano (ou do “agir humano civilizado e moderno”);
- c) a formulação de noções de objetividade e verdade científica de forma insuficientemente problematizada, que tende a fetichizar a “verossimilitude” de algumas formas de saber enquanto desqualifica outras e que, assim, cria noções estreitas do *sujeito do conhecimento* (legítimo, científico, etc.);
- d) a produção de uma visão das instituições sociais e políticas que, em grande parte, ignora (ou subordina) as formas de inserção social e institucional das mulheres e os tipos de atividade com que as mulheres

8 O uso do conceito justifica-se aqui por se referir a um momento em que se produzem novas perguntas sobre a realidade social, que não poderão ser contempladas dentro dos termos fornecidos pelos modelos anteriores de pensamento. Contudo, a mudança ocorre de maneira particular nas ciências sociais, que, como Alexander (1987) argumenta, ao serem construídas discursivamente se distinguem de campos de saber nos quais um paradigma antigo cai inteiramente no desuso.

contribuíram, historicamente, na gênese e no desenvolvimento das sociedades modernas; e conseqüentemente
e) a definição das categorias básicas das ciências sociais, como classe, trabalho, democracia e poder, teorizadas e construídas a partir das experiências dos homens (principalmente, brancos e ocidentais).

Numerosas polêmicas têm emergido em torno destes pontos. Por exemplo, ao reavaliarmos a noção de sujeito e o pensarmos em termos de gênero, parece que corremos certos riscos. Exige-se reflexão sobre *como* as experiências *plurais* das mulheres possam ser pensadas e incorporadas à teoria social; para alguns, isto deve conduzir a um descentramento radical ou à “fragmentação” do sujeito. O conceito da “epistemologia da alteridade”, baseado na noção de que os sujeitos historicamente marginalizados das grandes narrativas oferecem visões alternativas necessárias para a compreensão do mundo, vem sendo interrogado e, por vezes, identificado como uma reinserção de formas de “essencialismo” no pensamento, principalmente porque – segundo as que o criticam – suas elaboradoras nem sempre partem de uma concepção suficientemente complexa das diversas posições que as mulheres realmente ocupam.

Isto, de fato, é uma das críticas mais frequentemente feitas às autoras das primeiras décadas de produção feminista/estudos de gênero (cf. BENTO, 2006).

No entanto, qualquer julgamento neste sentido exige muito cuidado. A filósofa Susan Bordo (1997) apresenta um argumento contra o que ela entende como um “ceticismo de gênero” propiciado pelas perspectivas pós-modernas mais radicais, defendendo o uso das experiências divergentes – embora heterogêneas e plurais – das mulheres como um corretivo metodológico para as narrativas convencionais. Ela assinala os riscos de assumir um “ceticismo de gênero” precoce que nos impeça de reconhecer as múltiplas formas pelas quais discursos e práticas de gênero continuam estruturando a vida das pessoas, de formas por vezes ainda relativa ou fortemente dicotomizadas. Assim, conserva-se o valor de contribuições como as de Rita Felski ao estudar a questão da “modernidade das mulheres” (1995) para fornecer uma alternativa às abordagens sociológicas clássicas que entendem a modernidade principalmente em termos de um processo de racionalização e de burocratização da vida e das relações sociais, que teria como coadjuvante a produção de um tipo principal de ator social, o “indivíduo autônomo” (personificado em figuras masculinas como o *self-made man* e o *flaneur*), e incluiria também o predomínio de valores instrumentais sobre a subjetividade, o desejo e a emoção, todos costumeiramente

associados, de uma ou outra forma, com o feminino⁹. Dentro desse cenário, estes últimos, que ficaram pouco teorizados pela teoria clássica – por vezes ignorados completamente; outras, vistos como fenômenos irrelevantes para as verdadeiras indagações sobre o caráter e o rumo das sociedades modernas –, voltam a ocupar um lugar no elenco das questões a serem pensadas.

Embora apareçam em obras já antigas, como a de Georg Simmel, sugestões sobre o vínculo entre as mulheres e a esferas de subjetividade que reconhecem esta como um outro terreno *do moderno*, tão fundamental quanto o da esfera pública, burocrática e “impessoal” privilegiado pelos clássicos, sua formulação mais sistemática e crítica teve de esperar a “revolução feminista” na academia, assim como os diálogos que esta propiciou com outras obras e autores, para realmente conquistar um espaço dentro da teoria social. Pensamos que a visibilização das formas de ser, pensar e agir historicamente construídas em relação a espaços de prática feminina vai tornando-se um poderoso alargamento dos campos de experiência humana. Por outro lado, reconhecer estas esferas de experiências não precisaria implicar a reafirmação de dicotomias ou de categorias discursivas de oposição binária entre homens e mulheres – ou entre “subjetividades masculinas e femininas”. Como a própria Felski nos lembra, as mulheres sempre transitaram pelos espaços públicos, tanto de formas que reproduziam quanto de maneiras que transgrediam as normas que regiam suas vidas cotidianas e sua inserção social. Sua *alteridade absoluta* foi somente uma construção dos discursos hegemônicos da época.

Posicionar-se, então, como quem produz outros discursos a partir de outra posição de sujeito nos remete a questões de voz, mas também de lugares ocupados nas instituições, dentre as quais as acadêmicas. A filósofa Sara Ruddick (1996) tem insistido em reflexões sobre o fato de o conhecimento, assim como as formas de reconhecê-lo, ou de negá-lo, ser sempre produto de relações sociais – e, mais especificamente, de “comunidades epistêmicas” que legitimam determinadas formas de saber e de conhecer. Assim, o fato de as mulheres estarem excluídas destas comunidades durante muito tempo torna-se uma parte da *história profunda* de uma disciplina, parte de um processo duplo de ausência como produtoras de conhecimento (nos espaços institucionais onde se produz o conhecimento científico moderno) e como sujeitos (reconhecidos) da história. Assim,

9 Segundo Felski, nas narrativas convencionais que elevam as experiências masculinas (ou de certos grupos de homens) ao nível do emblemático e o universal, os valores, experiências e características associados ao feminino costumam ser identificados como “antimodernos” ou “retrógrados”.

a questão levantada por algumas epistemólogas feministas sobre se as mulheres teriam “outras formas de conhecer o mundo” – muito complexa e envolvendo aspectos sociológicos, psicológicos e cognitivos que as especialistas nestas áreas têm estudado com assiduidade – possui pelo menos um aspecto muito concreto, que diz respeito à sua presença institucional, ou seja, a relação entre o ingresso maciço de mulheres nas universidades, sua crescente participação em atividades de ensino e de pesquisa e o surgimento de novas temáticas e olhares vinculados às experiências femininas. A vida social adquire novas dimensões quando aparece quem se interessa, por exemplo, pelo trabalho doméstico das mulheres e por sua relação com o trabalho assalariado, ou pelas práticas de “cuidado” dos outros na experiência das mulheres¹⁰, pelas relações de poder que se exercem no terreno da sexualidade e da intimidade e pelos processos implicados na construção da subjetividade. Neste sentido, uma “nova presença” é capaz de catalisar um processo que sugere amplas possibilidades de mudança, em vários sentidos: na composição das comunidades epistêmicas, nos conteúdos das disciplinas e, de maneira fundamental, naquilo que se constitui como “conhecimento legítimo” e no instrumental desenvolvido para construí-lo. Com certeza, isso conduz a algumas mudanças nada desprezíveis nas relações de “saber-poder” de gênero, mas não no sentido de uma simples polarização “entre homens e mulheres” da academia, e sim de debate teórico no qual escutar outras vozes e elaborar novas perspectivas se torna fundamental.

Por outro lado, vale lembrar o que Edward Said (1979) levantou em relação a esse Outro construído pelo “orientalismo” e o que Simone de Beauvoir (1949) também mostrou no *Segundo Sexo*: o fato de que, mesmo quando não reconhecido explicitamente, os sujeitos privilegiados pelos discursos convencionais se constituem como tais através de sua relação com esse Outro (que permanece na posição daquele que é *negado, silenciado* ou *mistificado*). Dessa maneira, este discurso – autoras como Judith Butler (1990) e Teresa De Lauretis (1985) nos alertam sobre isto – é radicalmente transformado quando o Outro retorna à sua posição de sujeito (posição de autorrepresentação), e o recalcado é sujeito ao escrutínio e à reflexão teórica explícita, no momento em que as vozes destes Outros interrompem o antigo monólogo e quando finalmente as categorias subalternas são percebidas como profundamente imbricadas na própria definição do hegemônico, ou seja, na “produção simultânea do *hegemônico* e do *subalterno*” (MISKOLCI, 2008).

10 Em forte contraste com a noção do *indivíduo autônomo* como figura paradigmática da cultura moderna.

Modernidades múltiplas¹¹: ressignificando a (pós) modernidade

No seu fascinante livro *The Gender of Modernity* (1995), a teórica inglesa Rita Felski discute a “saturação” da toda a teoria social moderna com “metáforas de gênero”, uma saturação tão evidente quanto pouco problematizada:

É no caso do conceito do moderno – talvez a mais utilizada, embora também a mais ilusória das categorias temporais – que a saturação dos textos culturais com metáforas de masculinidade e feminilidade fica mais evidente. As narrativas sobre a idade moderna, sejam acadêmicas ou populares, tipicamente chegam a algum tipo de coerência formal ao dramatizar e personificar os processos históricos: sujeitos humanos individuais ou coletivos adquirem importância simbólica como portadores exemplares de significados temporais. O fato de pressupor que se trata de sujeitos masculinos ou femininos tem consequências importantes para o tipo de narrativa que a partir daí se desenvolve. O gênero afeta não só o conteúdo (“os fatos”) do conhecimento histórico – o que se inclui, o que se exclui –, senão também os pressupostos filosóficos que fundamentam nossas interpretações da natureza e do significado dos processos sociais (FELSKI, 1995, p. 1; tradução livre).

Ao propiciar interrogações sobre por que determinadas práticas se codificam como “masculinas” ou “femininas”, a crítica feminista revela, entre outras coisas, que o gênero funciona como uma linguagem de hierarquia e de ordem social que opera de formas muito fortes na vida ocidental moderna. Assim como esta linguagem demonstra uma poderosa capacidade de *naturalizar* as oposições binárias de gênero que ela mesma produz, ela se aplica também à naturalização das desigualdades representadas por outras formas de condição subalterna. Dessa maneira, como Kimmel (1996) e outros têm enfatizado, na produção da ordem social moderna e de seus discursos recorre-se a metáforas de gênero para falar (o que inclui também mascarar) de outras formas de hierarquia e de desigualdade, como as de classe e de raça.

Por outro lado, o desenvolvimento das teorias de gênero – iniciado sistematicamente, como sugerimos acima, a partir dos anos 70 – tem propiciado

11 Utilizamos aqui o termo para referir-me às diferentes experiências *subalternas* da modernidade; contudo, na literatura sociológica internacional (e.g. Ben Rafael e Sternberg, 2002.) que emprega este termo, as discussões focalizam os divergentes caminhos à modernidade dos Estados-nações do ocidente e os outros, sem contemplar as subalternidades baseadas em gênero e sexualidade, que nesta literatura parecem não gozar de reconhecimento ou de relevância científica.

novas e férteis interpretações da história das sociedades modernas, assim como a reconstrução de categorias teóricas das ciências sociais. Algumas destas contribuições que consideramos fundamentais para repensar a própria narrativa sociológica (canônica) da modernidade merecem ser esboçadas aqui, acrescentando também que, para poder aceitar o atual desafio dos pós-estruturalistas, de *pensar para desconstruir* categorias e práticas arraigadas numa ordem de gênero binário, normativa e reducionista, é fundamental uma maior compreensão dos próprios processos de *generificação* da modernidade.

As primeiras grandes interrogações das feministas acadêmicas dos anos 70 davam-se em torno da questão que deu origem ao próprio conceito de gênero, qual seja, o problema de como pensar sobre e referir-se a um conjunto de relações sociais (discursos, práticas) que ainda careciam de nome: as relações – hierárquicas e desiguais – entre homens e mulheres, nas sociedades modernas e em outras. Como parte destas interrogações, uma preocupação por entender “as origens” da opressão da mulher conduziu ao debate sobre a universalidade (ou não) do “patriarcado”, ou seja, sobre qual a dinâmica social e histórica capaz de explicar o “fato observado” da inferiorização das mulheres e a repetição, em quase todas as sociedades, de relações que – embora em diversos formatos – davam aos homens (embora não necessariamente a todos eles) o controle sobre o trabalho, a sexualidade e/ou (aspectos fundamentais da) a vida das mulheres. Como já dissemos, tratava-se mesmo de um debate – e um que gerou amplas polêmicas, produzindo finalmente evidências suficientes para questionar o próprio conceito de “patriarcado” e chegar ao reconhecimento de que não só não existia uma “origem única” da opressão feminina senão que havia culturas com códigos e arranjos pouco assimiláveis às noções, por exemplo, de normas e “papéis sexuais” engendradas pela cultura moderna. Um ganho promovido pelo debate, por outro lado, foi a gênese de novas metodologias para entender a diversidade histórica e cultural dos arranjos de gênero.

O termo “patriarcado” apareceu também noutro debate desses primeiros anos, mas agora com uma referência temporal e histórica específica: o intenso debate que se deu “entre marxistas e feministas” – primeiro, sobre a relação entre esta forma de poder e opressão que aparecia codificada no marxismo clássico sobre a “questão da mulher” (ou “divisão sexual do trabalho”) e a divisão classista da sociedade; e logo, em decorrência disso, sobre a relação entre “trabalho doméstico e trabalho assalariado” ou “capitalismo e patriarcado”.

O conceito de “trabalho” foi problematizado, deixando mais claro como a forma como o capitalismo legitima e reconhece só certas formas de trabalho

(trivializando, invisibilizando, ignorando outras) envolve uma ordem social que institucionaliza hierarquias e práticas de gênero, que se juntam com práticas de “acumulação capitalista”. Teóricas como Zillah Eisenstein (1979) e Heidi Hartmann (1979) trabalharam para levar as discussões para além de perguntas iniciais sobre “a relação entre as mulheres e o capital” e para perguntar também sobre as formas como, dentro e fora do mundo de trabalho, se relacionavam *homens e mulheres*, a partir de posições e posicionamentos sociais diferentes. Hartmann, por exemplo, utilizou-se da pesquisa histórica para rever conflitos sobre jornada e salários nos quais se produziam alianças entre trabalhadores de sexo masculino e patrões, uma aliança com certeza precária, mas que pôde surgir em torno de um interesse convergente enquanto homens com investimentos simbólicos, ideológicos e práticos na manutenção de um papel feminino definido em função do lar. Através do embate com os marxistas – o “casamento infeliz do marxismo e feminismo”, como ficou imortalizado em um artigo de Hartmann (1981), acabou em divórcio –, foi sendo esclarecido que as relações de gênero não se assimilavam simplesmente à lógica do capital. Como relações que mereciam ser consideradas na sua especificidade, remetiam a uma outra dinâmica histórica que rompia com a própria lógica unívoca do marxismo. Ao outorgar a elas o *mesmo* status teórico que vinha gozando nas ciências sociais a categoria de classe social, quem tinha sido marxista, de certa forma, já deixava de sê-lo.

As definições de trabalho e trabalhadores que, desde o século XIX e ao longo do século XX, vinham impondo-se de formas naturalizadas foram reabertas através de metodologias históricas que mostravam como noções de “provedor”, “dona de casa”, “emprego feminino” e “emprego masculino” tinham sua história: como, por exemplo, um campo de trabalho inicialmente construído como masculino, como atendente de loja ou professor de ensino fundamental, se feminilizaram; ou como, numa sociedade agrária, a noção da “fragilidade feminina” era desconhecida, sendo inaplicável também à vida das mulheres trabalhadoras e das mulheres negras em sociedades que nasciam “modernas”

12 “Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para subir nos coches, que precisam ser erguidas para passar sobre valetas e que sempre precisam ter os melhores lugares. Jamais alguém me ajudou a subir nos coches, a passar sobre uma poça de lama, ou me ofereceu o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Reparem nos meus braços! Trabalhei com o arado para plantar, levei os animais para as estribarias, e nenhum homem pôde mais do que eu. E não sou eu uma mulher? Trabalhei e comi tanto quanto um homem o pode fazer – isto é, quando havia o que comer – e também agüentei o chicote tão bem quanto eles! E não sou eu uma mulher? Tive treze filhos, e vi quase todos serem vendidos como escravos, e quando minha angústia de mãe me fez gritar apenas Jesus me ouviu, ninguém mais! E não sou eu mulher?” (TRUTH, 1997, p. 233).

e escravistas¹²; ou, ainda, como o trabalho da dona de casa moderna se torna invisível, transformado em mera obrigação, atividade “prazerosa” ou “impulso primário” (como, por vezes, querem construir atividades como fazer compras para o consumo familiar, cuidar de outras pessoas ou fornecer serviços sexuais e simbólicos ao cônjuge).

Uma segunda área que é transformada pelo olhar feminista remete ao conhecido lema “*o pessoal é político*”. A partir da colocação de que as relações de gênero são fundamentalmente relações de poder e que se exercem de formas públicas e privadas, as próprias noções do poder e do político são modificadas de forma fundamental. Ainda mais, a teorização histórica específica sobre as formas de institucionalização da dominação masculina no contexto da modernidade pode ser vista como inovação metodológica e substantiva. Formas como se imbricam poder e cultura saltam à vista como temas que demandam reflexões profundas e sérias; pondera-se o significado da exclusão inicial das mulheres das instituições políticas burguesas e suas lutas para abrir esses espaços ou para tentar transformá-los. Vale a pena ter em conta que as discussões feministas iniciais – dos anos 60 e 70 – partilhavam com a nova esquerda e mesmo com a contracultura uma visão do político que priorizava a ação fora dos contextos institucionais estabelecidos¹³, o que não iria impedir um posterior movimento no sentido de reavaliar as relações entre o Estado e os movimentos sociais.

É a partir de inovações como estas que a vida social começa a ser percebida em outras dimensões. Voltamos a enfatizar que reflexões teóricas sobre a relação entre o público e o privado, sobre família, consumo e a vida cotidiana e – graças à contribuição surgida em torno da psicanálise – sobre as relações sociais que se desenrolam nos terrenos da subjetividade e da sexualidade podem parecer-nos hoje inerentes às discussões sociológicas, mas isto é, em grande parte, um fenômeno recente. É importante não esquecer que se trata de uma

13 Se o feminismo exigia o reconhecimento de uma forma *sui generis* de poder que se reproduzia tanto nos espaços institucionais formais quanto (ou talvez mais) a partir do cotidiano e da interação social entre pessoas próximas (pais e filhas, cônjuges, etc.), e a Nova Esquerda, decepcionada com os experimentos burocráticos e autoritários do socialismo real, tentava reimaginar a utopia (e, posteriormente, tornam-se conhecidas as teses de Foucault sobre a “microfísica” do poder), havia uma tensão muito própria no cotidiano desse momento histórico, como o sociólogo alemão Leggewies (1998, p. 284) assinala: “com a satisfação de muitas necessidades básicas para segurança material, as hierarquias de valor começaram a mudar de direção no sentido de um ‘pós-materialismo’. Dentro deste contexto, padrões tradicionais sobre como organizar a própria vida apareciam como restrições não desejáveis que se sobrepunham às oportunidades para o desenvolvimento pessoal, e a ‘sociedade’ demonstrava uma crescente necessidade para autonomia face ao Estado e à classe política, assim como o indivíduo a sentia face às instituições de controle coletivo” (tradução livre).

conquista, de uma longa luta teórica no sentido de mostrar que as muitas atividades e práticas marcadas por sua associação com o feminino são tão *constitutivas* das experiências sociais modernas quanto as que marcaram as preocupações clássicas. Na medida em que a sociologia contemporânea incorpora cada vez mais estas considerações¹⁴ – isto é, questões de subjetividade, sexualidade, sociabilidade e vida cotidiana e processos identitários –, as considerações feministas se afixam firmemente no terreno acadêmico e teórico da atualidade, mas sem que todo mundo reconheça esta herança ou legado.

Por outro lado, a abertura para a teorização sistemática e profunda das áreas da vida social protagonizadas por mulheres criou também um novo olhar sobre os homens, sobre as atividades caracteristicamente protagonizadas por eles e sobre a própria questão da masculinidade. Ou seja, o olhar de gênero jogava nova luz sobre as próprias “experiências masculinas” e exigia pensar nestas, em lugar de simplesmente “canônicas”, como definidas por e implicadas em complexas teias de poder. Ainda mais, o reconhecimento de gênero como *categoria relacional* e interseccional¹⁵ deixava clara a necessidade não só de pensar sempre as generificações como relações construídas entre homens e mulheres, senão em pensar nas formas de construção social da masculinidade em termos mais complexos, contemplando as diversas posições sociais ocupadas por homens também diversos entre si, as relações entre “a masculinidade hegemônica” e as subalternas (por exemplo, de homens negros, proletários ou gays) que sempre implicam posicionamentos – parecidos e diferentes – relativos ao feminino e às mulheres (cf. KIMMEL, 1996; CONNELL, 1995).

Finalmente, é importante tratar de alguns dos desdobramentos mais recentes das tentativas de teorizar sobre gênero ou desde a perspectiva das “alteridades”. Principalmente desde o final dos anos 80 e início da década de 1990, vem-se articulando uma perspectiva “queer” que faz balançar a própria perspectiva da “construção social” de gênero. Queremos ainda ser cautelosas, concordando com Bordo (1997) sobre o fato de que uma interpretação que homogeneíza a produção das pioneiras e qualifica de forma muito simples trabalhos de enorme riqueza empírica e histórica como “discurso essencializante” – desde Beauvoir,

14 Por questões de espaço, optamos aqui por não entrar na longa discussão que pertence ao capítulo IV da tese da qual deriva este artigo, no qual se examina a trajetória de alguns sociólogos importantes da contemporaneidade (Giddens, Touraine e Sennett, principalmente) e como ampliam ou não sua visão da sociedade a partir dos diálogos com as estudiosas de gênero.

15 Ver Bento (op.cit.) para uma discussão muito útil sobre o avanço dos estudos de gênero, desde um paradigma inicial da “universalidade” para fases posteriores de entender o conceito de gênero através de paradigmas de “relacionalidade” e, atualmente, de “pluralidade”.

que percebia que a feminilidade era performance, o primeiro e conhecido trabalho de Gayle Rubin (1975) e de outras se revelam perspectivas muito mais sofisticadas e esclarecedoras do que isso – é pouco útil. Não obstante, a teoria *queer* vem a acrescentar ao esforço de pensar a sociedade moderna a insistência numa desnaturalização ainda mais radical de nossos pressupostos culturais e um exame maior da normatividade social (MISKOLCI, 2009). A “máquina binária” deve ser extremamente eficaz nas suas tentativas de produzir corpos “coerentes” com as normas sociais que categorizam as pessoas como única e claramente portadoras de um sexo/gênero/desejo masculino ou feminino, mas é a teoria *queer* que mais claramente revela como os processos que identificam e marcam as pessoas neste sentido são tão violentos que procuram eliminar (nos discursos e/ou nas práticas) os sinais e os seres que os desmentem.

De forma parecida, a teoria pós-colonial desmente a existência de um “sujeito ocidental” e de um outro *absolutamente* diferente, revelando, em lugar disso, como o processo de construção desse outro é parte inextricável dos processos políticos, sociais e imaginários que constroem a modernidade. Desta maneira, por exemplo, as relações raciais não se concebem mais como um elemento periférico (derivadas periféricas, por exemplo, como seriam vistas pelo marxismo, dos processos de acumulação e de proletarização capitalistas), senão que formaram – contingentemente – um elemento profundo e constitutivo da modernidade, sua história, as identidades hegemônicas e subalternas que ela estabelece.

Miskolci (2009) assinala a convergência da teoria pós-colonial e da teoria *queer* no desenvolvimento de uma “analítica da normalidade” – que envolve uma desnaturalização muito mais radical do cultural e do social do que a sociologia comumente permite, argumentando que a teoria *queer*

(...) impõe ao menos dois grandes desafios às investigações sociológicas: perceber que nenhuma faceta da vida social pode ser compreendida sem um exame de como os significados sexuais se interseccionam com ela e, por fim, mas não por menos, o *queer* impõe às ciências sociais a necessidade de rever seus pressupostos de forma a focar no hegemônico como objeto de estudo e análise crítica. A Teoria *Queer* desafia a sociologia a não mais estudar apenas os que rompem as normas (o que redundaria nos limitados estudos de minorias) nem apenas os processos sociais que os criam como desviantes (o que a teoria da rotulação já fez com sucesso), antes focar nos processos normalizadores marcados pela produção simultânea do hegemônico e do subalterno (ibidem, p. 18).

Talvez neste sentido valha a pena insistir na convergência teórica das três perspectivas – a teoria feminista, a pós-colonial e a *queer* – que adquirem sua radicalidade ao teorizar a partir das posições de sujeito “fora do centro”, sempre vulneráveis a processos *institucionalizados* de abjectificação¹⁶. Os avanços promovidos por estas perspectivas também permitem passar do estudo da história das transgressões e das rebeliões “desde as margens” para a diversidade cada vez maior de formas de ser e viver que os tempos pós-modernos vêm produzindo, mesmo de formas paradoxais ou contraditórias, mas ligados também à visibilidade e aos direitos de cidadania que são objeto de diversas lutas sociais.

Desafios atuais no mundo acadêmico brasileiro

Noutro momento (ADELMAN, 2004a), trabalhou-se com as avaliações de historiadoras, filósofas e sociólogas feministas da Europa e dos Estados Unidos sobre o lugar conquistado pela teoria feminista na teoria social contemporânea. Nessa ocasião, ressaltou-se o consenso delas relativo ao sucesso maior que se teve na conquista de um espaço específico para os estudos de gênero no mundo acadêmico do que na (mais profunda) transformação dos conteúdos e agendas básicos de suas grandes áreas disciplinares. Para a historiadora inglesa Sheila Rowbotham (1999), por exemplo, foi mais fácil criar uma área “específica” de “história das mulheres” do que conseguir a transformação – a verdadeira incorporação de novas categorias – do campo já constituído. Para as sociólogas norte-americanas Judith Stacey e Barrie Thorne (1996), a sociologia desenvolveu uma forma de incorporar as perspectivas de gênero através de uma série de “mecanismos de contenção” que as mantinha a certa distância dos espaços maiores de elaboração das metanarrativas em que poderiam exigir uma maior transformação dos conceitos sociológicos mais básicos.

Isso cabe ser reavaliado hoje. É indiscutível que, em nível internacional, se observa o enorme e crescente interesse nos estudos de área (gênero, sexualidade), ao lado das outras perspectivas que mencionamos acima, como os Estudos Pós-coloniais e a Teoria Queer. Na sociologia, como campo disciplinar, ainda acontecem fenômenos curiosos: enquanto as questões de gênero ocupam cada vez mais espaço nos eventos e nas publicações internacionais, e – como exemplo da capacidade de gerar interesse – o grupo de pesquisa permanente da ASA com maior número de afiliados, conforme dados de pouco

16 Definição ou identificação como o “outro abjeto” cuja própria condição humana (plena) é negada.

tempo atrás, é “sex and gender”, os “grandes nomes” da sociologia contemporânea ainda não incluem nenhuma mulher ou pessoa com vínculo específico¹⁷. Mas ainda são poucos os momentos em que percebemos a incorporação das contribuições feministas à “teoria geral”.

Na área da Sociologia do Esporte, o cenário internacional demonstra alguns avanços: teóricos importantes como Eric Dunning, discípulo de Elias, que já mencionamos, e um dos sociólogos desta área de maior renome, já revisou a teoria de seu mestre para incluir questões de gênero e da “construção social da masculinidade” na sua teoria “geral” sobre esporte e processo civilizador (DUNNING, 1999). Mas isso ainda não parece refletir nas discussões que prevalecem no campo da sociologia do esporte no Brasil, assim como também não ocorre nos currículos básicos de boa parte dos programas de graduação de ciências sociais no país.

De uma outra área da academia brasileira (estudos literários), a teórica Rita Schmidt (2006) vem-se preocupando de maneira parecida com a dificuldade particular de aceitação e de incorporação da perspectiva feminista na academia brasileira. Ela contextualiza essas dificuldades como surgidas de uma história na qual uma cultura patriarcal e autoritária teve muito peso e em que o feminismo pôde ser tratado (por pessoas que tinham interesses em negá-lo ou em produzir visões empobrecidas ou caricatas dele) como uma “ideologia estrangeira”, concluindo que “a realidade é que, fora do círculo de suas praticantes, a crítica feminista nem sequer existe, e quando é mencionada é considerada com descrédito, e frequentemente com suspeita, como sendo mais uma ‘teoria de fora’” (SCHMIDT, 2006, p. 783). Contudo, suas observações pertinentes não devem impedir-nos de ver a força cada dia maior do campo dos estudos de gênero e da teoria feminista no Brasil, inserido também num contexto latino-americano e internacional como interlocutor cada vez mais visível. É um campo composto por diversos espaços de produção intelectual e acadêmica, desde revistas (de qualidade notável, a Revista de Estudos Feministas da UFSC, Cadernos Pagu da Unicamp e a Revista Gênero da UFF), pesquisas que recebem apoio de universidades, fundações e agências de fomento diversas, congressos e simpósios (como os da REDEFEM e o congresso bianual Fazendo Gênero), até os núcleos locais e o trabalho cotidiano

17 Embora valha a pena ter em conta que um deles, Anthony Giddens (1992), de fato tenha realizado toda uma teorização sobre “as consequências da modernidade” graças ao diálogo profundo com as teóricas feministas e que Stuart Hall (op.cit.), com quem abrimos nossa discussão, incluía a teoria feminista como um dos grandes interlocutores da teoria social contemporânea.

nas instituições de ensino superior. A teoria queer vem conquistando novos adeptos, particularmente entre jovens pesquisadores/as (cf. BENTO, op.cit.; MISKOLCI e PELÚCIO, 2007; entre outr@s). Assim, poderemos oferecer uma previsão – de que, nos próximos anos, as resistências sofrem maior erosão – e uma esperança – de que o vigoroso trabalho de teoria e pesquisa na área ressoe cada vez mais, tendo um impacto na cultura e na sociedade, dentro e para além do mundo acadêmico.

Referências bibliográficas

ADELMAN, Miriam. “Um lugar no sol? A teoria feminista e seu lugar no campo das ciências sociais”. In: LAGO, M.;GROSSI, M.; ROCHA, C.; GARCIA, O.; SENA, T. **Interdisciplinariedade em diálogos de gênero**. Florianópolis, Editora Mulheres, 2004a (pp. 165-175). ADELMAN, Miriam. **A Voz e a Escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. Tese defendida no Doutorado Interdisciplinar de Ciências Humanas/UFSC. maio. (2004b)

BEAVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.

BENRAFAEL, Eliezer & STERNBERG, Yitzhak (orgs). “Identity, Culture and Globalization”. **Annals of the International Institute of Sociology**. Leiden/Boston: Brill, 2002.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORDO, Susan. **The Flight to Objectivity: Essays on Cartesianism and culture**. Albany: State University of New York Press, 1987.

BORDO, Susan. “Feminism, postmodernism and gender skepticism”. In: NICHOLSON, Linda J. (org.). **Feminism/postmodernism: Thinking gender**. New York/London: Routledge, 1994 (pp. 133-156).

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity**. New York/London: Routledge, 1990.

CONNELL, Robert W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

DE LAURETIS, Teresa. **Alice doesn't**: feminism, semiotics and cinema. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

DUNNING, Eric. **Sport matters**: sociological studies of sport, violence and civilization. New York/London: Routledge, 1999.

EISENSTEIN, Zillah. "Developing a theory of capitalist patriarchy and socialist feminism". In: EISENSTEIN, Zillah (org.). **Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism**. New York: Monthly Review Press, 1979 (pp. 5-40).

FELSKI, Rita. **The Gender of Modernity**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2003.

HARTMANN, Heidi. "Capitalism, patriarchy and job segregation by sex". In: EISENSTEIN, Zillah (org.). **Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism**. New York: Monthly Review Press, 1979 (pp. 206-247).

HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of Marxism and feminism: towards a more progressive union". In: SARGENT, Lydia (org.). **Women and Revolution**. Boston: South End Press, 1981 (pp. 2-41).

KIMMEL, Michael. **Manhood in America**: a cultural history. New York: the Free Press, 1996.

LEGGEWIE, Claus. "A laboratory of post-industrial society: Reassessing the 1960s in Germany". In: FINK, Carole; GASSERT, Phillipp; JUNKER, Detlef (orgs.). **1968: The World Transformed**. Washington. DC: German Historical Institute/Cambridge University Press, 1998.

MISKOLCI, Richard. "A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização". In: **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, jan./jun. 2009.

MISKOLCI, Richard & PELÚCIO, Larissa. "Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre a performatividade a partir de uma etnografia entre travestis". *In: Revista Gênero*, Rio de Janeiro, volume 7, n. 2, 2007.

ROWBOTHAM, Sheila. **Threads through Time**: Writings on history and autobiography. London/New York: Penguin, 1999.

RUBIN, Gayle. "The traffic in women: notes on a political economy of sex." *In: REITER, Rayna (org.). Towards an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975 (pp. 157-210).

RUDDICK, Sara. "Reason's femininity: a case for connected knowing". *In: GOLDENBERGER, N. R.; TARULE, J. M.; CLINCHY, B. M.; BELENKY, M. F. (orgs.). Knowledge, Difference and Power: Essays inspired in women's ways of knowing*. New York: Basic Books, 1996.

SAID, Edward. **Orientalism**. New York: Random House Trade Paperbacks, 1979.

SCHMIDT, Rita Terezinha. "Refutações ao feminismo: (des) compassos da cultura letrada brasileira". *In: Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(3), 2006 (pp. 765-799).

STACEY, Judith & THORNE, Barrie. "Is sociology still missing its feminist revolution?". *In: The Missing Feminist Revolution: Ten years later*. American Sociological Association Theory Section Newsletter, vol. 18, n. 3, 1996 (pp. 1-3).

TRUTH, Sojourner. "Ain't I a Woman". *In: CONBOY, Katy; MEDINA, Nadia & STANBURY, Sarah (orgs.). Writing on the Body: Female embodiment and feminist theory*. New York: Columbia University Press, 1997 (pp. 231- 232).